

Legislação

Definições e dúvidas sobre Reserva Florestal

Luiz Augusto Germani*

INDEPENDENTEMENTE do aspecto legal de ser o proprietário de uma área rural obrigado a instituir área de Reserva Legal Ambiental, mesmo que ela tenha sido desmatada por terceiro sob égide de lei que assim o exigia ou permitia, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente, levou à consulta pública uma Minuta de Decreto que regulamenta o artigo 44-B, da Lei 4.771, de 15/9/1965 (Código Florestal), para estabelecer a possibilidade de compensação ambiental das áreas de Reserva Legal.

O texto define a Cota de Reserva Florestal – CRF -- como título representativo de vegetação nativa, emitido em favor de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, instituída em reserva legal excedente, averbada à margem da inscrição de matrícula do imóvel, sobre servidão florestal, também averbada, ou, ainda, sobre RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural -- criada na forma da Lei.

As áreas poderão estar em processo de recomposição ou regeneração, desde que considerado ambientalmente adequado pelo Poder Público.

A CRF será emitida com indicação de prazo de validade, que poderá ser indeterminado. No caso de servidão, o prazo de validade não será superior ao da própria servidão.

A Cota poderá conter cláusula de remuneração financeira ou indicar outras vantagens aos seus adquirentes, sendo obrigatório seu registro em sistema de liquidação financeira de ativos autorizada pelo Banco Central do Brasil, no

prazo de até dez dias contados a partir da emissão.

A responsabilidade pela manutenção da integridade da vegetação nativa representada na CRF será do proprietário do imóvel onde se localiza a área coberta de vegetação. Se ocorrerem danos à vegetação, o proprietário da área estará sujeito à multa e responsabilidades criminais, além de ter de recuperar a área degradada, após a aprovação pelo órgão ambiental de um Plano de Recuperação de Área Degradada – PRAD.

O proprietário de imóvel rural que não tenha cobertura de reserva legal poderá compensar a falta da vegetação mediante a aquisição da CRF, com a aprovação do órgão ambiental estadual, desde que não tenha suprimido a vegetação após 15 de dezembro de 1998 (quando a Lei 7.803 estabeleceu a averbação da reserva legal), sem as devidas autorizações exigidas por lei.

A compensação via aquisição de CRF deverá representar a dimensão da área, ter equivalência em importância ecológica, pertencer ao mesmo ecossistema e estar localizada na mesma microbacia. Tudo conforme o que o órgão estadual competente estabelecer.

Se for impossível adquirir CRF representativa de vegetação nativa na mesma microbacia hidrográfica, de forma atestada pelo órgão ambiental competente, será considerada a possibilidade de expansão da área a ser compensada, para a mesma bacia hidrográfica, desde que dentro do mesmo Estado.

A Minuta do Decreto estabelece que dos 35% de vegetação a ser mantida nas

propriedades rurais situadas em área de cerrado, localizada na Amazônia Legal, somente 15% poderão ser objeto de compensação em outra área.

O proprietário rural ficará isento de imposição de penalidade administrativa, não se considerando espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento de fiscalização ambiental, se na data da publicação do eventual futuro Decreto minutado:

a) não possuir vegetação nativa de reserva legal no interior de sua propriedade,

b) antes de qualquer fiscalização, de forma espontânea, procurar o órgão ambiental competente para firmar compromisso de adotar medidas específicas para a regularização da situação da reserva legal de seu imóvel

Entretanto, algumas questões se sobrepõem:

Quem tiver excesso de área de Reserva Legal não averbada, ou averbada em seu limite mínimo, poderá desmatar o excedente, exercendo seu Direito?

Qual será o processo que determinará o “preço de venda” ou os “benefícios” da CRF? Por quem será fixado? Sob que critérios mercadológicos? Se fixado pelo órgão público ambiental, e o proprietário da área considerá-lo insuficiente, haverá possibilidade de revisão ou atualização?

Se o adquirente só encontrar no “mercado” CRFs com valores que considere inadequados, ou fora de seu alcance, e já tiver firmado seu compromisso junto ao órgão ambiental de regularizar a situação ambiental de seu imóvel? Haverá possibilidade de negociação? Em que termos e critérios?

Como os regulamentos devem cumprir a função de ordenar as relações fáticas possíveis, para evitar a intervenção do Poder Judiciário e criar suplementos às faltas da letra do Executivo, alguns acertos na Minuta ajudarão para eliminar dúvidas e incertezas a serem esclarecidas pelos Tribunais. ■

*Advogado Agrário. E-mail: germani@germaninet.com.br